

CAÇADAS: UM RETRATO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELAS LIDERANÇAS MULHERES GUARANI KAIOWÁ

LAIS NARDON MARTINS¹

UNISINOS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0001-5374-2719>

GABRIELA MILANI PINHEIRO²

UNISINOS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-0450-0120>

RESUMO: *A pesquisa tem como objeto o levantamento de informações a respeito da situação das mulheres lideranças políticas Guarani e Kaiowá no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul que residem nas reservas indígenas localizadas no contexto urbano, a partir de um estudo descritivo de cunho qualitativo. Buscou-se identificar como essas lideranças estão agindo no entorno das reservas indígenas, e qual o teor da violência que estão sofrendo. Como resultado, verificou-se que os Guarani e Kaiowá encontram-se profundamente afetados por sua enorme perda de terra e pelos conflitos gerados ao longo dos anos até a atualidade, além do fato de que as mulheres são as mais atingidas nesse contexto. Assim, enquanto as mulheres Guarani e Kaiowá sofrem uma violência multifacetada, suas lideranças femininas permanecem expostas a contextos específicos de violência envolvendo assassinatos, intimidações, perseguições e ameaças por fatores territoriais e disputas de arrendamentos de terras, além de intolerância religiosa e racismo religioso, através de perseguição em decorrência do exercício de sua espiritualidade no seio da comunidade. Ou seja, como verificado no estudo, uma “caçada-humana”.*

PALAVRAS-CHAVE: *Guarani Kaiowá, lideranças indígenas, mulheres indígenas, violência.*

ABSTRACT: *The purpose of this research is to collect information regarding the situation of Guarani and Kaiowá women political leaders in the Brazilian state of Mato Grosso do Sul who live in indigenous reserves located in the urban context, based on a qualitative descriptive study. The study sought to identify how these leaders are acting around the indigenous reserves, and what kind of violence they are suffering. As a result, it was verified that the Guarani and Kaiowá are deeply affected by their enormous loss of land and the conflicts generated over the years until the present day, in addition to the women being the most affected in this context. Thus, while Guarani and Kaiowá women suffer multifaceted violence, their female leaders remain exposed to specific contexts of violence, involving murder, intimidation, persecution, and threats due to territorial factors and disputes over land leases, in addition to religious intolerance and religious racism, through persecution because of exercising their spirituality within the community. That is, as verified in the study, a “human hunt”.*

KEYWORDS: *Guarani Kaiowá, indigenous leaders, indigenous women, violence.*

¹ Mestranda em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: laisnardonmartins@gmail.com

² Mestranda em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: gabrielamilanipinheiro@gmail.com

Introdução

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2019), cerca de 52% da população indígena da América Latina e do Caribe vivem em zonas urbanas. Esta população indígena na região é estimada em aproximadamente 45 milhões de pessoas (44.791.456), correspondendo a somente 8,3% das 538 milhões de pessoas (538.153.481) que formam a população total da região (CEPAL, 2014). Os dados também demonstram que a América Latina Indígena é formada por 827 diferentes Povos Indígenas, cada um com as suas cosmovisões, crenças, línguas, costumes, práticas culturais e organizações sociais (CEPAL, 2014). O maior desafio dos povos indígenas na região é a busca pela igualdade na inclusão de seus direitos entre as prioridades políticas, sem contar que estes povos são caracterizados por sua ampla diversidade demográfica, social, territorial e política, e eles vão desde aldeias em isolamento voluntário até sua presença em grandes assentamentos urbanos (CEPAL, 2014).

No Brasil, conforme o último censo estatístico populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), realizado em 2010, a população indígena é de quase 900 mil pessoas (896.917), falantes de 274 línguas distintas, somando 305 etnias, que representam um total de 0,5% da população total brasileira. O órgão governamental indica que 57,7% da população indígena brasileira vive em terras indígenas, e 42,3% estão fora delas (IBGE, 2010). Entretanto, o Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, para a coleta de 2010, aponta que a população indígena rural e urbana no Brasil soma 821.501, sendo o contingente urbano 39,2% (321.748) e o rural 60,8% (499.753) (CEPAL, 2014, p. 159).

Nesse cenário, é necessário considerar os novos desafios que a vida urbana impõe à população indígena, incluindo o empobrecimento, os obstáculos no acesso aos serviços públicos, a perda de identidade e outros elementos que ameaçam o exercício de seus direitos. Por isso, nas políticas e ações do Estado é necessário assumir a diversidade étnica e cultural dos espaços urbanos e incluir a perspectiva dos direitos — individuais e coletivos — da população indígena em sua dimensão urbana. (CEPAL, 2014).

A temática indígena ainda permanece como um “ponto doloroso” no trato jurídico e nas relações com o Estado brasileiro (ELOY AMADO; SANTOS, 2020). No Brasil, há uma violência estrutural e institucionalizada e em seu centro está o racismo do Estado contra os povos indígenas, que ainda reverbera nos conflitos por territórios e suas demarcações e na negação de seus direitos, além da violência simbólica gerada por discursos racistas e negacionistas contra as comunidades indígenas (CARVALHO; GOYES; WEIS, 2020).

O último “Relatório Violência contra os Povos Indígenas”, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), lançado em 2022, com dados de 2021, sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil, sinaliza a relação do contexto de ataques aos territórios, lideranças e comunidades indígenas às medidas adotadas pelo poder Executivo. O

relatório apontou tanto o favorecimento e a facilitação da exploração e apropriação de terras indígenas, como apoio a projetos da base aliada no Congresso Nacional para aprovação de leis que objetivam “desmontar a proteção constitucional aos povos indígenas e seus territórios.” (CIMI, 2022, p. 8). No que se refere à “violência contra a pessoa”, do total de 355 casos, 176 foram assassinatos contra indígenas e 21 foram registros violência por racismo e discriminação étnico culturais (CIMI, 2022, p. 278). No MS foram assinalados 35 assassinatos de indígenas em 2021, sendo que deste total 6 foram de mulheres (CIMI, 2022, p. 9). Estes dados refletem não só a violência física contra os povos indígenas no Brasil, mas também são um retrato das violações dos direitos humanos contra os indígenas brasileiros, além de um alerta da crescente violência contra as suas lideranças (CIMI, 2022).

Considerando este aumento da violência contra lideranças, e que o Mato Grosso do Sul (MS) é um dos locais mais violentos para os povos indígenas no país segundo o CIMI (2022), este estudo busca responder o seguinte problema: a que violências as mulheres indígenas Guarani Kaiowá, que residem nas reservas indígenas localizadas no contexto urbano da região de Dourados/MS, estão submetidas?

Essa pesquisa tem como objeto o levantamento de informações a respeito da situação das mulheres lideranças políticas Guarani e Kaiowá no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul, que residem nas reservas indígenas localizadas no contexto urbano. Os objetivos são identificar como essas lideranças estão agindo no entorno das reservas indígenas – como na Reserva Indígena de Dourados (RID) e nas retomadas de terras na região de Amambaí/MS, locais de muitos conflitos –, bem como saber se elas estão sofrendo ameaças e/ou intimidações e qual o teor da violência. A utilização de uma abordagem histórica ajuda a identificar as problemáticas do povo indígena Guarani Kaiowá diante das limitações de território na criação das reservas indígenas urbanas.

Para tanto, a pesquisa se pauta por uma metodologia descritiva e explicativa, em um primeiro momento, e, posteriormente, pelo método exploratório, de cunho qualitativo. Quanto às técnicas de pesquisa, utilizam-se a técnica bibliográfica – através de revisão doutrinária e artigos científicos –, bem como a técnica de documentação indireta de informações públicas e oficiais disponíveis, relatórios científicos, de instituições, organizações indígenas e demais entidades ligadas às pautas indígenas que apresentam dados e estudos sobre a situação das mulheres lideranças políticas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, além de reportagens jornalísticas e denúncias em redes sociais oficiais dos Guarani e Kaiowá.

O contexto histórico de confinamento dos Guarani Kaiowá em reservas urbanas em Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul é considerado, de acordo com dados do censo do IBGE de 2010, o estado com a segunda maior população indígena do país (73.295 indivíduos de um total de 817.962 indígenas),

representando 3% da população do sul mato-grossense (IBGE, 2012, p. 11). O Mato Grosso do Sul abriga as seguintes etnias indígenas em seu território: Chamacoco, Guarani Kaiowá, Guarani Mbya, Guarani Nandeva, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié e Terena (ISA, 2022). Desse contingente populacional, os Guarani e Kaiowá (GK) contabilizavam, em 2010, 43.401 indivíduos (IBGE, 2022), habitando especialmente a região sul do Mato Grosso do Sul. Dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) de 2019, apontam que os Guarani Kaiowá somam aproximadamente 58 mil habitantes (KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022).

Diante desse contingente populacional, o Mato Grosso do Sul é o Estado que possui a reserva indígena urbana com maior concentração populacional de indígenas no país, localizada em Dourados, a cerca de 5 km do centro urbano da cidade³ (CIMI, 2019). Da mesma forma, a região possui um dos maiores índices de violência contra indígenas seguidamente verificado (CIMI, 2022).

As reservas indígenas na região marcaram a relação entre os indígenas e não indígenas, a partir do contexto de limitação do espaço de ocupação das comunidades que historicamente ocupam o que se delimitou como cone sul do estado de Mato Grosso do Sul, determinando de forma excludente a política social de organização territorial. Tal divisão marcou profundamente as comunidades da etnia Guarani-Kaiowá, cujo território é de ocupação tradicional (VIETTA, 2001).

O contexto histórico de ocupação do território para exploração econômica, que se iniciou por volta do século XIX, promoveu, ao longo dos anos, um cenário de agressões aos grupos indígenas que originalmente habitavam aqueles espaços, com a expulsão das famílias Guarani Kaiowá de seus *tekoha*⁴, em um processo de assimilação da etnia à forma de viver dos colonizadores (CAVALCANTE, 2019). A partir da apropriação dos territórios tradicionais para fins de exploração agrícola, concedido amplamente pelo Estado brasileiro sob título de terras devolutas, os grupos indígenas foram deslocados e ‘ajuntados’ em um único espaço, bem como sofreram ampla exploração de mão de obra em situação análoga a de escravidão, de modo a ter diminuída a possibilidade de manter a estrutura de vida tradicional e cultural das suas comunidades (MORAIS, 2017).

Da mesma forma, o posicionamento do órgão de proteção indígena na época atuava a partir do pressuposto jurídico da incapacidade civil dos indígenas, de modo que sua política de demarcação de terras estava

³ A reserva possui uma extensão de aproximadamente 3.600 hectares, abrangendo dois municípios (Dourados e Itaporã), com uma população de aproximadamente 15.000 pessoas das etnias Guarani-Kaiowá, Guarani-Nandeva e Terena. Além dos grupos indígenas, a reserva tem sido ocupada clandestinamente por um número menor de pessoas não-indígenas. Seu território é dividido entre duas aldeias com lideranças historicamente autônomas: a Aldeia Jaguapiru, que passou a ter liderança Terena, e a Aldeia Bororó, que passou a ter liderança Guarani-Kaiowá.

⁴ De acordo com Moraes (2017, p. 38), “*Tekohas*, na definição antropológica clássica, é a aglutinação de *teko* – ‘costume’, ‘modo de ser’ – e *ha* – partícula locativa, ‘lugar em que’. *Tekoha* seria, portanto, ‘o lugar em que vivemos segundo nossos costumes’, mas indicaria mais do que uma simples circunscrição territorial; se trataria de uma unidade orgânica política e religiosa, um polo de relações autônomas inscritas no território.”

fundada na compreensão dos povos indígenas como transitórios. A soma de tal política ao projeto guiado pelo ideal de desenvolvimento da região deu espaço para a efetivação da criação de reservas como espaços em que essas populações poderiam viver o status de transitoriedade até sua assimilação, sob a proteção do Estado (ALMEIDA; BRAND, 2007).

Em sua ampla gama de estudos históricos, voltados ao período de criação e delimitação das Reservas Indígenas em Mato Grosso do Sul, Antônio Brand aponta para o que é mais evidente na atuação do órgão de proteção nesse contexto de reorganização da ocupação territorial Guarani Kaiowá:

Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas. (BRAND, 2004, p. 138)

Portanto, a política de criação das reservas indígenas no início do século XX, via de regra, não tinha como critério a ocupação tradicional indígena. Na realidade, a escolha do território seguiu outros fatores, em que se descartava o potencial de exploração econômica de uma determinada região que contivesse maior concentração indígena (nesse período relacionada ao trabalho na colheita de erva-mate) e que permanecesse com o status de terras devolutas (CAVALCANTE, 2019).

Assim, o confinamento em reservas, feito pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os anos de 1915 e 1928, com o tempo gerou aglutinação populacional tornando muito difíceis as condições de viver dos Guarani Kaiowá, fazendo com que muitas famílias comessem a abandonar esses espaços e se reaproximaram de suas terras de origem – *tekoha* –, ao mesmo tempo em que mantinham a relação de mão-de-obra barata nas fazendas agrícolas da região, impulsionadas pela expansão agrícola da década de 60 e 70, culminando em confrontos violentos com os agricultores das fazendas (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 6).

Intensificado o movimento de realocação das comunidades indígenas para as reservas, como é o caso de Dourados, foi necessária a reorganização espacial dentro do território, o que afetou diretamente as relações culturais e sociais daqueles povos (BRAND, 1998). Em vista disso, durante a década de 1960 o SPI impôs a divisão interna da RID entre lotes, a fim de distribuí-los às famílias indígenas. Essa forma de divisão interna gerou resistência vinda, principalmente, da população Guarani-Kaiowá (PEREIRA, 2014), tendo em vista o rompimento com a lógica tradicional de uso coletivo do território.

A imposição de formas de viver provocou a necessidade de adequação dos povos indígenas à organização dos colonizadores/não-indígenas, situação perpetuada até os dias atuais. Esse contexto ampara as constantes tensões nas relações, seja com os proprietários das terras em seus entornos/arredores, seja com a população das cidades que,

como no caso de Dourados e outros municípios do estado, criam estigmas que acentuam as diferenças e estabelecem um ‘lugar de existência’ geográfico e social das comunidades indígenas (NETTO, 2018). Os cercamentos dos povos indígenas designam os seus locais de ocupação na sociedade sul-mato-grossense, como se vê nos casos das reservas indígenas superlotadas do estado, em um processo permanente de diferenciação em que o local geográfico também determina e estabelece o pertencimento social e as hierarquias morais que definiram o local do indígena naquela sociedade (MORAIS, 2017).

Disso decorre que, os conflitos que abarcam as questões indígenas em Mato Grosso do Sul resultam, em grande parte, das lutas por demarcação do seu território tradicional, de modo que as violências sofridas pela população indígena no estado atingem os maiores índices do país. Dos 19 estados em que se apontaram conflitos relativos a direitos territoriais, o estado de Mato Grosso do Sul registrou o quarto maior número de conflitos ocorridos no ano de 2021, dos quais um terço apenas contra comunidades da etnia Guarani Kaiowá (CIMI, 2022).

As condições de vida e violências sofridas pela população indígena no Mato Grosso do Sul têm sido demonstradas através de diversos relatórios e documentos de órgãos e instituições nacionais e internacionais (CIDH, 2019; CIMI, 2022; CNJ, 2013; SURVIVAL INTERNATIONAL, 2010; UNITED NATIONS, 2016), que denunciam não apenas os ataques sofridos diante do cenário de reivindicações pelos seus territórios tradicionais, mas também a luta pela sobrevivência diante das condições precárias em que vivem sem a efetiva proteção do Estado, em constante risco de perigo (BRAGATO; KESTENBAUM, 2016). Em recente Relatório de Violência contra os Povos Indígenas, relativo a dados de 2021, foi identificado que “no Mato Grosso do Sul, as ameaças de morte são inúmeras e ocorrem cotidianamente contra os indígenas, o que torna praticamente impossível registrar numericamente todas as ocorrências nesta categoria” (CIMI, 2022).

O histórico de ataques sofridos pelos indígenas em Mato Grosso do Sul nos cenários das retomadas de seus territórios tradicionais – *tekoha* – demonstra não apenas um quadro de extrema vulnerabilidade dessas comunidades – que já não suportam viver nas reservas superlotadas – mas também a brutal violência empregada nos contextos dos conflitos territoriais pelos donos das fazendas, seguranças privados, enfim, pessoas que compõem a sociedade não-indígena que vive no entorno dessas comunidades, atuando de forma organizada para deter as reivindicações pelos territórios tradicionais (BRAGATO; KESTENBAUM, 2016). Nesse cenário, é possível reconhecer a posição social e econômica de poder e influência entre organizações civis exercida pelos donos das fazendas em face das comunidades indígenas.

O desamparo e a fragilidade das famílias são evidenciados nas circunstâncias às quais são submetidas e identificam o quadro de pobreza vivido pelas comunidades indígenas, com privação de acesso aos seus direitos básicos, a manutenção da expropriação de suas terras tradicionais e o acesso limitado a serviços públicos de saúde, educação e segurança (SANCHEZ, 2019; ANJOS; FONSECA, 2019), fatos estes que

explicam o aumento a situação de marginalização das comunidades indígenas em um contexto social que reforça cotidianamente a discriminação sofrida.

O papel das mulheres na organização social cultural dos Guarani e Kaiowá (GK)

Na organização social cultural dos Guarani e Kaiowá, a reprodução da vida comunitária e a base da sociabilidade estão nas relações familiares, ou de parentesco, suas unidades sociais, tendo a mulher uma imprescindível função para o grupo (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019). Para os Guarani e Kaiowá, as unidades sociais funcionam de forma autônoma no que se diz respeito à sua territorialidade, sistema político e econômico, com lideranças próprias, tanto civis como religiosas, sendo que a atuação de lideranças dentro da comunidade tem um papel fundamental, seja para orientar as demandas de direitos básicos da população, seja para manter a cultura expressa na luta pela retomada dos territórios ancestrais – *tekoha*. Nesse contexto, Seraguza (2013) explica que as mulheres Kaiowá e Guarani assumem uma série de responsabilidades na ordem coletiva e parental, traçando novos caminhos e fortalecendo a reprodução da vida social, pois como os homens se retiram para trabalhar, as mulheres atuam praticamente sozinhas na transmissão da cultura e tradições dentro da aldeia.

A situação original, da divisão familiar de tarefas entre homens e mulheres, era de complementaridade, sem que a mulher se sentisse subjugada. Portanto, inexistem conflitos de gênero no âmbito da família (SERAGUZA, 2013). Essa situação foi modificada com o entrelaço cultural, responsável por transformar as famílias GK atualmente em uma parentela nuclear (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 7).

No estudo realizado por Amado, Le Bourlegat e Urquiza (2019) com a população de mulheres Kaiowá e Guarani que residem na Reserva Indígena de Dourados (RID), foram ouvidas diversas mulheres de ambas as aldeias que compõem a reserva indígena – tanto a Bororó como a Jaguapiru. Tal estudo levantou um relatório a partir de relatos sobre estratégias de empoderamento e reivindicação dos direitos das mulheres Guarani e Kaiowá, bem como o local em que as lideranças indígenas mulheres se posicionam dentro da luta pelos direitos de toda a comunidade.

Em particular, as lideranças femininas da região exercem o papel fundamental de manutenção do modo de vida tradicional da comunidade, na organização e estruturação da família – aqui compreendida como forma comum de organização social da etnia Kaiowá frente aos impactos decorrentes da necessidade dos homens permanecem mais tempo fora das aldeias, haja vista a necessidade de trabalhos e as ofertas empregatícias na região (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 7). Na prática, há uma redefinição das relações de gênero no âmbito da unidade social devida às novas condições vividas na reserva e ao trabalho temporário dos homens fora dela, muitas vezes tornando as relações

conflituosas (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019), uma vez que foram incorporadas práticas machistas pelos homens e são reproduzidas condutas violentas contra as mulheres (KUÑANGUE ATY GUASU, 2020). Ou seja, mostra-se que as mulheres da RID são duplamente vítimas da violência, pois são afetadas pela violência da sociedade não-indígena de fora da aldeia e no contexto interno em sua própria comunidade dentro da reserva (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019). Estando, portanto, as mulheres Guaraní e Kaiowá ainda mais vulnerabilizadas dentro do contexto exposto devido à sujeição de atores externos e internos à violência.

Anota-se que as mulheres GK sempre assumiram responsabilidades na ordem do coletivo indígena e da parentela ou família extensa (SERAGUZA, 2013), sendo que nas atuais condições vividas pelos GK as mulheres possuem o importante papel de manutenção das aldeias:

Ela se torna mais fundamental, na atual condição em que os homens permanecem mais tempo fora delas. Essa nova condição tem impactado a estrutura e o modo de vida tradicional dessa comunidade, assim como a maneira tradicional de viver em família (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 9).

A mulher tem sido importante detentora do conhecimento GK dentro da aldeia, especialmente as mulheres mais idosas, que também buscam trocas de conhecimento obtido fora da aldeia, trazido quase sempre pelas mais jovens (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 9). Entre as mulheres que detêm os conhecimentos nas aldeias, o destaque foi dado às rezadeiras *Ñandesí* (xamãs), artesãs, professoras e agentes de saúde, sendo que as mais respeitadas dentro da aldeia pelos homens têm sido as mais idosas, além das rezadeiras *Ñandesí* (xamãs) e agentes de saúde, “porque são elas que dominam a família, lideram a organização das coisas para fazê-las acontecer” (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 9).

Ainda, as mulheres GK estão empenhadas na luta feminina, já que na atual conjuntura, no nível da família indígena, as mulheres se sentem mais vulneráveis, discriminadas e desvalorizadas pelos homens e lutam por se emancipar, em razão da discriminação e falta de apoio masculino para o trabalho ou estudo, mesmo que reconheçam sua importância na manutenção familiar (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 11). Por isso, é possível identificar um movimento de organização das mulheres indígena na reivindicação por serviços que dependem de políticas e intervenções de domínio público, bem como no apoio aos homens nas estratégias estabelecidas para reconquistar seus territórios tradicionais, acreditando na solidariedade feminina como estratégias de seu empoderamento (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 9-10).

Exemplo da atuação contínua e organizada das mulheres na região compreendida como cone sul do estado de Mato Grosso do Sul é a criação da *Kuñangue Aty Guasu*, Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e

Guarani⁵. A criação da assembleia teve como finalidade possibilitar um espaço de decisão das mulheres na comunidade Kaiowá e Guarani, bem como garantir maior representatividade na Assembleia Geral de *Aty Guasu*, onde somente lideranças masculinas têm voz e voto. Também, por meio da organização da assembleia pelas lideranças, mulheres Kaiowá e Guarani são capacidade para tomada de decisões e representação em fóruns e eventos nacionais e internacionais que participam (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019), bem como desenvolvem mecanismos de denúncia às violações de direitos e violências que sofrem e pautas que defendem dentro das comunidades.

As principais pautas levantadas pelas lideranças indígenas femininas Kaiowá e Guarani dentro e fora da comunidade foram: território, saúde indígena/indigenista, violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá e educação. Sobre a pauta do território destacaram-se as exigências de homologação das terras, a retomada dos grupos de trabalho da FUNAI nos *tekohas*, as denúncias de despejos e reintegração de posses, bem como a exigência da segurança das lideranças indígenas, jovens, mulheres e crianças que lutam pelo território. A respeito da saúde indígena/indigenista, foi relatada a precariedade das condições de atendimento para com os Guarani Kaiowá, devendo os profissionais compreenderem a medicina tradicional GK (KUÑANGUE ATY GUASU, 2019). Destacamos, ainda, o descaso das práticas de saúde com as crenças espirituais e religiosas das mulheres GK, com a seguinte denúncia exposta no documento:

Nós mulheres guarani e kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos, a reza é muito importante para a saúde da mulher indígena e para o crescimento saudável da criança. Enquanto mulher indígena e mãe, ainda sofremos muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e nhandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento do nascimento da criança, mas o hospital ignora estes cuidados. Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e o trabalho das parteiras indígenas; (KUÑANGUE ATY GUASU, 2019)

Também denunciaram muitas faces das violências que vivem, que vão desde violências físicas, como o estupro, violências psicológicas com ameaças e torturas, até “violências institucionais” do Estado, com a falta de atendimento adequado nas delegacias de atendimento à mulher, falta de acolhimento institucional, falta de intérpretes nas delegacias, falta de assistência social do Estado e dificuldade de acessar o Poder Judiciário. Ainda na educação, o destaque foi para o suporte assistencial financeiro e para a educação intercultural, respeitando *rekombo'e*, que é modo de ser Guarani e Kaiowá (KUÑANGUE ATY GUASU, 2020).

⁵ Para mais informações é possível consultar o *site* oficial da *Kuñangue Aty Guasu*, grande assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, no seguinte endereço: <https://www.kunangue.com/>.

Em encontro realizado no ano de 2020, a assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani apresentou o relatório “Corpos silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres” (KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022), em que foram disponibilizados dados das violências sofridas pelas mulheres indígenas na região do estado de Mato Grosso do Sul. Para o presente estudo, será focalizada a análise das ameaças e violências sofridas pelas lideranças indígenas mulheres Kaiowá e Guarani.

As ameaças e violências sofridas pelas lideranças indígenas mulheres Guarani e Kaiowá (GK)

A violência vivenciada pelos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul é por vezes relatada em reportagens como uma “caça-humana” (LAZZERI, 2021; OLIVEIRA, 2022), tendo em vista as disputas por territórios e os conflitos na região, em que a violência é diária. Uma violência multifacetada contra as mulheres que contempla a violência externa e interna nas comunidades (LAZZERI, 2021), aliada à discriminação pela pobreza, contextos de assassinatos, intimidações, perseguições e ameaças por fatores territoriais e disputas de arrendamentos de terras, além de intolerância religiosa e racismo religioso, através de perseguição contra as lideranças mulheres Guarani e Kaiowá. Apresentaremos um estudo com um panorama geral da violência enfrentada por essas lideranças e, posteriormente, um retrato de vítimas públicas e específicas que foram encontradas durante a pesquisa.

Panorama da violência contra as lideranças mulheres GK

No estudo realizado por Amado, Le Bourlegat e Urquiza (2019), citado anteriormente, podemos destacar que, dentro do âmbito familiar e das comunidades, as mulheres lideranças GK lutam para se emancipar, pois enfrentam discriminação por parte dos homens, que não as apoiam para estudar ou trabalhar fora das comunidades, sendo inferiorizadas e discriminadas em caso de separação, bem como sofrerem preconceito dentro da comunidade e no âmbito da comunidade, com destaque para as seguintes falas:

Há muito preconceito na comunidade. [...] tem muita discriminação por parte dos homens. [...] Muitas mulheres não são valorizadas. Elas não conseguem trabalhar para poder cuidar da família. É daí que vem a situação, elas não estudam, sendo difícil encontrar apoio financeiro para poder estudar” (Entrevistada 14, 2 de junho de 2018).

Também se reportaram à situação de inferioridade e discriminação masculina que enfrentam, em casos de

separação. Agora, as mulheres não são valorizadas por muitas razões. Por exemplo, quando se separam, o homem fica com a casa e com as crianças. E em muitos casos, elas deixam tudo em casa e só saem com as crianças e as roupas. Os homens dizem que foi a mulher quem deixou a casa e quem perdeu foi ela (Entrevistada 17, 3 de junho de 2018). (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 11)

No relatório “Corpos silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres” (KUÑANGUE ATY GUASU, 2019), também encontramos o seguinte relato de violência física e verbal sofrida pela mulher liderança GK:

Geralmente violência é uma palavra que tem bastante significado, mas há vários modos de entender as tantas violências. Algumas delas são as violências física e verbal, que são muito praticadas dentro da aldeia. Sim, como lideranças da aldeia já sofri sim violência dos próprios membros da comunidade e dos próprios colegas. Assim, fisicamente e verbalmente, mas como sou professora e liderança eu sei como agir com isso (KUÑANGUE ATY GUASU, 2019).

Amado, Le Bourlegat e Urquiza (2019) referem que o desafio das mulheres GK é maior que o dos homens, vez que no nível social fora da aldeia, elas são indígenas e pobres, e, mais ainda por serem mulheres, somado também com problemas de natureza discriminatória e ameaças dos donos de terras (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 12).

Elas se referem, em específico, ao enfrentamento das ameaças dos donos de terras no processo de luta pela recuperação de seus territórios de origem. Como mulher você tem que enfrentar as ameaças, fugir e fugir dos donos da terra, estar lá na terra recuperar pela força “Retomada” e ver seus filhos todos juntos. Isso é chocante (Entrevistada 20, 13 de junho de 2018). (AMADO; LE BOURLEGAT; URQUIZA, 2019, p. 12)

Há ainda o panorama geral da violência relacionada ao racismo e à intolerância religiosa, que é materializado na queima das casas de reza dos GK, além de violências que incluem danos físicos, espirituais, psicológicos e materiais aos rezadores e rezadeiras, assim como agressões, ameaças, torturas e tentativas de homicídio e feminicídio, vindo de membros de igrejas pentecostais – em específico, a Igreja Deus é Amor (KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022), como segue.

Violência ligada ao racismo e à intolerância religiosa

Para a cultura Guarani e Kaiowá (GK), as casas de medicina tradicional/casas de cura/casas de rezas, são heranças tradicionais do povo GK: um lugar de cura, de encontros, de reuniões, de rituais sagrados e uma conexão com a ancestralidade. As rezadeiras (*nhandesy*) e os rezadores (*nhanderu*), guardiã e guardiões da cultura e dos saberes tradicionais GK, na visão ancestral, representam o corpo GK, e desde tempos antigos são grandes espaços de habitação coletiva, abrigando uma complexa rede de práticas e conhecimentos⁶. Ocorre que tais espaços e seus membros recorrentemente são ameaçados por membros da *Igreja Pentecostal Deus é Amor*, pregando regras e uma doutrina violenta, principalmente sobre o corpo da mulher indígena, decidindo o que a mulher deve e não deve ser/seguir, discurso de ódio se expande até a queima das casas de rezas, assim como ameaças de homicídio e de feminicídio, em que todos os rezadores e as rezadeiras GK se encontram em risco por consequência do evangelismo que avança fortemente nos territórios GK (KUÑANGUE ATY GUASU, 2020; KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022).

Na Reserva Indígena de Amambai há o caso de Nilza Roa, rezadeira de 46 anos, que cuida de outros e outras xamãs GK, além de ser uma importante agregadora de sua comunidade, cuidando de sua parentela e das crianças. Ela teve a casa de reza queimada, além de receber ameaças, intimidações, temer pela sua vida e de sua família. Com desejo de ir embora pela própria sobrevivência, sem nenhuma segurança, Nilza foi julgada e condenada por ser rezadeira GK, sem que as autoridades tomassem as devidas providências (KUÑANGUE ATY GUASU, 2020; KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022). Na mesma área de reserva também há Lucia Assis Moraes, Kuña Yvoty, rezadeira e parteira de 79 anos que ocupa um importante papel de respeito entre as mulheres GK, mas que em 2021 sofreu violência doméstica por seu cunhado, que é casado com sua irmã, e dentro da aldeia é perseguida, sendo chamada de “macumbeira, bruxa, macaca, bugio”, por racismo e intolerância religiosa (KUÑANGUE ATY GUASU, 2020; KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022).

Assim como na Reserva Indígena de Amambai, na Terra Indígena de Rancho Jacaré, em Laguna Carapã/MS, outra casa de reza foi queimada, casa que pertencia à rezadeira Martina, e ela continua recebendo ameaças, segundo o relatório consultado (KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022). Outra casa de reza que foi incendiada, em 29 de dezembro de 2021, foi a da Retomada de *Ytay Ka'agwyrusu*, de Douradina/MS, que tinha como rezadeira Mboy Poty Rendi, Teresinha Aquino, de 60 anos, sendo que na retomada o

⁶ Alguns dos rituais GK que resistem ao epistemicídio do sagrado nativo de nosso povo realizados nesses espaços tradicionais (*oga pysy*), são: 1) o *jerosy puku* e *avati kyry*, que compõem o batismo do milho; 2) o *jeroky guasu*, referência aos grandes rituais religiosos; 3) o *nhemongarai*, batismo das crianças; 4) *kunumi pepy* e *kunhã taĩ*, rituais do menino e da menina moça. (KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022).

racismo e a intolerância religiosa nesta localidade levaram a outro nível as ameaças e perseguições enfrentadas e os eventos acontecidos deixaram, segundo eles mesmos, “traumatizados” os que presenciaram, pois estavam dormindo dentro da casa de reza na hora dos disparos de arma de fogo e quando o fogo foi ateadado (KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU, 2022).

Em resumo, a queima da casa de reza, para além do racismo e da intolerância religiosa, significa uma perda ancestral e cultural irreparável, um direito originário violado, pois junto da casa de reza incendiada, o fogo consome outros objetos antigos das gerações de rezadores que já se foram, que ficaram como herança ancestral para as atuais rezadeiras. Bem como, a queima das casas de rezas e a perseguição, ameaça e tortura das rezadeiras não se desvinculam da realidade histórica de dizimação dos Guarani e Kaiowá.

Violência ligada às questões territoriais

A violência sofrida pelas lideranças mulheres Guarani e Kaiowá ligadas às questões territoriais vão desde disputas e confrontos nas reservas indígenas, nas retomadas, nos arrendamentos de terras até as denúncias de violações aos direitos humanos sofridos pelos GK. Nos dados encontrados, foi possível identificar que as lideranças mulheres, no que diz respeito à temática territorial, enfrentam perseguições, ameaças físicas, verbais, psicológicas e virtuais, intimidações, risco de terem suas casas incendiadas, e até assassinatos. Nas linhas que seguem, identificamos lideranças públicas que sofreram e/ou sofrem tais violências, tais quais: Kuretê Lopes (assassinada), Marinalva Manoel (assassinada), Damiana Cavanha (ameaçada de morte), Jaqueline Gonçalves (perseguida e intimidada), Valdelice Veron (perseguida, intimidada e ameaçada de morte) e Leila Rocha (perseguida e ameaçada de morte).

Kuretê Lopes (assassinada)

Uma das vítimas Guarani e Kaiowá da violência pelas disputas territoriais em Mato Grosso do Sul foi Kuretê Lopes, liderança mulher GK e xamã de 70 anos de idade que, em 2007, foi assassinada por seguranças privados de fazendeiros quando da expulsão pelos agentes privados dos fazendeiros das 50 famílias GK que retomaram terras na região de Amambaí/MS (CIMI, 2007; SURVIVAL INTERNATIONAL, 2010).

Marinalva Manoel (assassinada)

Em 1º de novembro de 2014 ocorreu outro assassinato de uma liderança mulher GK, Marinalva Manoel, de 28 anos, nas margens da BR-163, em Dourados/MS, vítima que já vinha sofrendo ameaças. Ela era uma

das defensoras da demarcação da terra indígena Ñu Verá e integrante do *Kuñangue Aty Guasu* (GASMAN, 2014).

Damiana Cavanha (ameaçada de morte)

Damiana Cavanha, outra liderança GK que reivindica a demarcação da terra de ocupação tradicional *tekoha Apyka'i*, luta pela sua sobrevivência e de sua comunidade desde os anos 1990 até os dias atuais. Por causa dessa luta pela demarcação da terra tradicional de *Apyka'i*, a comunidade vem sofrendo com frequência diversos ataques genocidas, massacres, ameaças de mortes e diversos tipos de violências contra estas famílias, como torturas e assassinatos de lideranças (KUÑANGUE ATY GUASU, 2020).

Jaqueline Gonçalves (perseguida e intimidada)

Jaqueline Gonçalves, Kunã Aranduhá, uma importante e influente liderança política GK de 30 anos, que faz parte desde 2017 da coordenação coletiva da *Kuñangue Aty Guasu*, em virtude de sua importância política e pelas denúncias das violações de direitos humanos que sofrem os GK, teve sua casa banhada por combustível em janeiro de 2021 e é alvo de perseguições, não podendo mais residir no Mato Grosso do Sul (JAQUELINE ARADUNHA, 2021; KUÑANGUE ATY GUASU, 2022a; LAZZERI, 2021).

Valdelice Veron (perseguida, intimidada e ameaçada de morte)

Valdelice Veron, liderança GK e porta-voz da *Kuñangue Aty Guasu*, afirma estar sendo perseguida por pistoleiros que foram vistos – e fotografados – em tocaias nas imediações de sua casa nas últimas semanas, tendo medo de ser morta a qualquer momento, a exemplo do que já ocorreu, em 2003, com o pai – o grande cacique Marco Veron –, e com os dois irmãos, jovens lideranças, em 2015 e 2016. Em 27 de julho deste ano, ela recebeu uma mensagem de um número desconhecido no *WhatsApp* dizendo que alguém iria metralhar a escola da aldeia. Com isso as aulas foram suspensas, deixando cerca de dois mil alunos sem atividades e as denúncias encaminhadas ao Ministério Público Federal (COLL; NUNES, 2022).

Leila Rocha (perseguida, agredida e ameaçada de morte)

Leila Rocha é uma das principais lideranças indígena Guarani Kaiowá que conduziu a retomada do *Tekoha Yvy Katu*, no município de Japorã, em Mato Grosso do Sul. Atuando como frente no movimento pela retomada das terras, Leila relata sofrer com ameaças feitas ao longo dos

anos de retomada. Contudo, recentes ameaças de morte foram denunciadas e têm demandado medidas de proteção em seu favor.

Tais ameaças estão ligadas às manifestações e denúncias feitas por Leila aos arrendamentos ilegais para plantação de soja e criação de gado realizados no seu território por fazendeiros da região que, mediante aliciamento de indígenas, já tomaram boa parte das terras demarcadas em um contínuo arrendamento forçado (CAMILO, 2022). Conforme relatado em reportagem, os arrendamentos ocorrem mediante anuência de algumas famílias e protegido por indígenas Kaiowá que residem na reserva indígena de Porto Lindo, ao lado do *Tekoha Yvy Katu*, entre os quais Bento e Virgílio Hara. Eles são indicados como os perpetradores das ameaças ocorridas nos dias 9 e 10 de julho do corrente ano. Em discussão, além das ameaças de morte, Leila relata que os agressores não reconhecem sua liderança na comunidade, de modo que a ameaçaram com uma foice, além de ter sido atingida com pedrada de estilingue, que causou danos materiais e físicos (CAMILO, 2022; KUÑANGUE ATY GUASU, 2022b).

Diante dessa situação, diversas organizações e instituições manifestaram-se em denúncia às ameaças ocorridas. A Aty Guasu, Grande Assembleia do povo Guarani Kaiowá, publicou nota de repúdio em nome das lideranças indígenas, em que exige a tomada de providências pelos órgãos públicos de proteção, em especial atuação do Ministério Público Federal e Polícia Federal para investigar a situação quanto à ilegalidade dos arrendamentos e promover a proteção da comunidade, em especial a vida da liderança Leila Rocha (ATYGUASU, 2022). Por sua vez, a *Kuñangue Aty Guasu*, assembleia das mulheres Guarani Kaiowá, demonstrou sua preocupação diante das sérias ameaças sofridas pela liderança, em denúncia aos arrendamentos e terras e ameaças sofridas pela comunidade, bem como promoveu uma carta de denúncia e pedido de apoio a nível internacional para frear a violação dos direitos das comunidades e ameaças sofridas (POR..., 2022).

Frente ao perigo iminente, Leila está inserida em programas federais de proteção às testemunhas, bem como a Defensoria Pública da União solicitou medidas protetivas específicas para a vítima (CAMILO, 2022).

Considerações finais

Essa pesquisa teve como objeto o levantamento de informações a respeito da situação das mulheres lideranças políticas Guarani Kaiowá no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul. O objetivo era identificar como essas lideranças estão agindo no entorno das reservas indígenas, como na Reserva Indígena de Dourados (RID), e nas retomadas de terras na região, como em Amambaí/MS, locais de muitos conflitos, bem como se elas estão sofrendo ameaças e/ou intimidações, e qual o teor da violência.

Verificou-se que os Guarani Kaiowá encontram-se profundamente afetados por sua enorme perda de terra e os conflitos gerados ao longo dos anos até a atualidade, além do entrelaçamento cultural civilizacional,

que criou rupturas em toda a escala organizacional e parental Guarani Kaiowá, sendo as mulheres as mais atingidas nesse contexto.

As mulheres Guarani Kaiowá sofrem uma violência multifacetada, pois há a violência externa e interna nas comunidades, que se aliam à discriminação pela pobreza, e as mulheres que são lideranças indígenas políticas femininas Guarani Kaiowá sofrem com a possibilidade de assassinatos, intimidações, perseguições e ameaças por fatores territoriais e disputas de arrendamentos de terras, além de intolerância religiosa e racismo religioso, através de perseguição religiosa contra as lideranças mulheres, ou seja, como verificado nas buscas, uma “caçada-humana”. Tudo isso, ainda, sob o manto de violências institucionais do Estado e pouca efetividade de atuação punitiva do Poder Judiciário.

Em resumo, a queima da casa de reza, para além do racismo e da intolerância religiosa, significa uma perda ancestral e cultural irreparável, um direito originário violado, pois junto da casa de reza incendiada, o fogo consome outros objetos antigos das gerações de rezadores que já se foram, que ficaram como herança ancestral para as atuais rezadeiras. Assim, a queima das casas de rezas e a perseguição, ameaça e tortura das rezadeiras, não se desvinculam da realidade histórica de dizimação dos Guarani e Kaiowá.

Já, ao que concerne às violências sofridas pelas lideranças mulheres Guarani e Kaiowá ligadas às questões territoriais, verificou-se que vão desde disputas e confrontos nas reservas indígenas, nas retomadas, nos arrendamentos de terras e nas denúncias de violações de direitos humanos sofridos pelos GK. Nos dados encontrados, foi possível identificar que as lideranças mulheres, no que diz respeito à temática territorial, enfrentam perseguições, ameaças físicas, verbais, psicológicas e virtuais, intimidações, risco de terem suas casas incendiadas, e até assassinatos. Nas linhas que seguem, identificamos lideranças públicas que sofreram e/ou sofrem tais violências, tais quais: Kuretê Lopes (assassinada), Marinalva Manoel (assassinada), Damiana Cavanha (ameaçada de morte), Jaqueline Gonçalves (perseguida e intimidada), Valdelice Veron (perseguida, intimidada e ameaçada de morte) e Leila Rocha (perseguida, agredida e ameaçada de morte).

A gravidade dos fatos apurados demonstra um cenário de perseguição política, social, econômica, étnica, misógina, religiosa e cultural, em um guerra declarada contra a continuidade da existência dos Guarani e Kaiowá, na qual as mulheres e suas lideranças femininas são as principais “caças” desse cenário genocida, bárbaro e fuzilador de garantias e direitos constitucionais e humanos, em que humanidade não há, e talvez até os colonizadores europeus dos séculos XV e XVI se sentissem envergonhados.

Assim, tem-se que, indubitavelmente, as demandas das mulheres indígenas não podem ser entendidas fora do quadro das lutas de seus povos pela autonomia, mediante o reconhecimento dos contextos de violência colonial que, ao longo dos anos modificou as estruturas familiares e culturais de suas comunidades, redesenhando as condições de sobrevivências das mulheres indígenas em contextos urbanos. Tal problemática exige do Estado e todas suas esferas de atuação respostas

que levem em conta a criação de mecanismos que lhes permitam exercer controle sobre seus governos, territórios e recursos naturais, além das garantias de seus direitos constitucionais e humanos.

Referências bibliográficas

AMADO, Angelica Maria Mejia Amado; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. Empoderamento da mulher Kaiowa e Guarani na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas e identidade étnico-cultural. **Polis Revista Latinoamericana**, n. 54, 2019. p. 6. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/18043>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ANJOS, Bruna Beatriz; FONSECA, Bruno. A luta das Guarani e Kaiowá na área mais perigosa para mulheres indígenas. **Agência Pública**, [Dourados?], 21 out. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/a-luta-das-guarani-e-kaiowa-na-regiao-mais-perigosa-para-mulheres-indigenas-no-pais/#:~:text=Eles%20s%C3%A3o%20cerca%20de%20metade,dos%20estados%20da%20Amaz%C3%B4nia%20brasileira>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ATYGUASU. **Nota pública de Aty Guasu frente à ameaça de morte e agressão promovida pelos arrendatários ilegais de terras indígenas Guarani Kaiowá**. [S. l.], 11 jul. 2022. Instagram: @atyguasu. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cf34USkO4DC/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; KESTENBAUM, Jocelyn. Atrocidades e conflitos territoriais indígenas: Uma análise de risco no caso Guarani-Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul. **Revista Jurídica Consulex**, v. 468, p. 28-39, 2016.

BRAND, Antonio Jacó; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. A ação do SPI e da FUNAI junto aos Kaiowá e Guarani, no MS. In: **VII RAM Reunião de Antropologia do Mercosul**, 2007, Porto alegre. GT 08: Violência Estatal, Indigenismo e Povos Indígenas. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/15316/13615>. Acesso em: 03 set. 2020.

BRAND, Antônio Jacó. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 138, abr. 2004. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/82/88>. Acesso em: 02 set. 2020.

CAMILO, Marcio. Liderança Guarani Kaiowá é ameaçada de morte. **Amazônia Real**, Manaus, 22 jul. 2022, Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lideranca-guarani-kaiowa/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CARVALHO, Salo de; GOYES, David R.; WEIS, Valeria Vegh. Politics and Indigenous Victimization: The Case of Brazil. **British Journal of Criminology**, v. 61, p. 251-271, 2020.

CAVALCANTE, Tiago. Colonialidade e Colonialismo Interno: A Política de Criação de Reservas Indígenas no Sul de Mato Grosso do Sul e Algumas de suas Consequências Contemporâneas. In: CAVALCANTE, T. L. V.; MOTA, J. G. B. (Orgs.). **Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos**. São Leopoldo: Karywa, 2019. *Ebook*.

MARTINS, Lais Nardon; PINHEIRO, Gabriela Milani. Caçadas: uma fotografia da violência sofrida pelas lideranças mulheres Guarani Kaiowá. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 179-200, jan./abr. 2023.

COLL, Liana; NUNES, Tote. Alvo de genocídio, povo guarani-kaiowá pede socorro. **UNICAMP MANCHETE**, Campinas, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/07/29/alvo-de-genocidio-povo-guarani-kaiowa-pede-socorro>. Acesso em: 15 ago. 2022.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Los pueblos indígenas en América Latina: Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2014. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37222/S1420521_es.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 abr. 2021.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). **Miembros de la comunidad Guyraroká del Pueblo Indígena Guaraní Kaiowá respecto de Brasil** (MC 458-19). Resolución de 29 de septiembre de 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2019/47-19MC458-19-BR.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Empresa de segurança privada fez retirada violenta de índios, que terminou com uma morte e um ferido. **INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)**, São Paulo, 10 jan. 2007. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/44063>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados 2019**. Brasília: CIMI, 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados 2021**. Brasília: CIMI, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório dos Trabalhos da ‘Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul’** (Portaria CNH nº 53/2013 e 71/2013). Brasília: CNJ, 2013. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/03/relatorio_indios_ms.pdf Acesso em: 19 ago. 2022.

ELOY AMADO, Luiz Henrique; SANTOS, Anderson de Souza. Corpos indígenas e justiça criminal no contexto social do Mato Grosso do Sul. In: ELOY AMADO, Luiz Henrique (org.). **Justiça Criminal e Povos Indígenas no Brasil**. São Leopoldo: Karywa, 2020. p. 257-270. *E-book*.

GASMAN, Nadine. Nota pública – ONU Mulheres Brasil pede justiça sobre o assassinato da liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel. **ONU MULHERES BRASIL**, [Brasília?], 6 set. 2014. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-onu-mulheres-brasil-pede-justica-sobre-o-assassinato-da-lideranca-indigena-kaiowa-marinalva-manoel/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **INDÍGENAS**. [S. l.], [2022?]. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça o Brasil – População: INDÍGENAS.** [S. l.], [2010?]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010:** primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2012. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Guarani Kaiowá.** [S. l.], [2022?]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Kaiow%C3%A1#Localiza.C3.A7.C3.A3o_e_Tekoha. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Quadro geral dos povos.** [S. l.], [2022?]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 15 ago. 2022.

JAQUELINE ARANDUHA. **Mais um dia de luta da Organização das Mulheres Kaiowá e Guarani.** [S. l.], 4 set. 2021. Instagram: @jaqueline_aranduha. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTZv13cL4yu/>. Acesso em: 19 ago. 2022;

KUÑANGUE ATY GUASU. **Confira a fala da Kunã Aranduhá, membra da Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guarani/MS.** [S. l.], 3 maio 2022a. Instagram: @kunangueatyguasu. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdHIAintjWy/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KUÑANGUE ATY GUASU. **SOS Guarani e Kaiowá:** a última parte de Yvy Katu Protreiro está em chamás. [S. l.], 13 jul. 2022b. Instagram: @kunangueatyguasu. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cf8wCxxkux1E/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KUÑANGUE ATY GUASU. Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani. **CORPOS SILENCIADOS, VOZES PRESENTES:** a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani. HETE KIRIRÎM AY VU JEK A A TEKOVAI, KUÑANGUE. Dourados: Kuñangue Aty Guasu, 2020. Disponível em: https://lutafob.org/wp-content/uploads/2020/12/Corpos-silenciados_resumo_pag-simples_v04.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

KUÑANGUE ATY GUASU. **VII Kuñangue Aty Guasu.** Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani. Japorã-MS, Tekohá Yvy Katu Potrerito, 16 a 20 de setembro de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/10/relatorio-final-da-vii-kunangue-aty-guasus-2019.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KUÑANGUE ATY GUASU; OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU (O.K.A). **Intolerância religiosa, racismo religioso e casa de rezas queimadas em comunidades Kaiowá e Guarani.** Dourados: Kuñangue Aty Guasu e Observatório da Kuñangue Aty Guasu (O.K.A), 2022. Disponível em:

https://www.kunangue.com/_files/ugd/c27371_b2d7f59494b140cbbf59866252dc5ca1.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

LAZZERI, Thais. CAÇADAS - Lideranças femininas de diferentes etnias viram alvo de criminosos ao combaterem a invasão de seus territórios, o apagamento de suas origens e as violações contra seu povo. Conheça a história de violência e de luta de três delas. **Repórter Brasil**, São Paulo, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://violenciamulherindigena.reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MORAIS, Bruno Martins. **Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte**. São Paulo: Elefante, 2017.

NETTO, Paulo Renato Coelho. Violência, crack e preconceito na maior reserva urbana indígena do Brasil. **Vice Brasil**. [Dourados?], 11 junho 2018. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/zm8gb5/violencia-crack-preconceito-dourados-maior-reserva-urbana-indigena-do-brasil Acesso em: 30 set. 2019.

OLIVEIRA, Marina. Mesmo sob pressão de policiais e fazendeiros, indígenas Guarani e Kaiowá resistem e retomam seus territórios ancestrais. **Conselho Indigenista Missionário**, [Brasília?], 01 set. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/07/mesmo-sob-pressao-de-policiais-e-fazendeiros-indigenas-guarani-e-kaiowa-resistem-e-retomam-seus-territorios-ancestrais/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Aplicación del convenio sobre pueblos indígenas y tribales núm. 169 de la OIT: Hacia un futuro inclusivo, sostenible y justo**. Geneva: OIT, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_735627.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

PEREIRA, Levi Marques. A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. In: 38º encontro anual da Anpocs, 38, 2014, Caxambu. **Anais Eletrônicos** [...]. Minas Gerais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt21-1/8809-a-atuacao-do-orgao-indigenista-oficial-brasileiro-e-a-producao-do-cenario-multi-etnico-da-reserva-indigena-de-dourados-ms/file>. Acesso em: 14 set 2019.

POR trás do arrendamento vem o despejo, vem o grande latifundiário: o agronegócio contra Yvy Katu Proteiro. Kuñangue Aty Guasu, Mato Grosso do Sul, jun. 2022. Disponível em: <https://www.kunangue.com/por-tr%C3%AAs-do-arrendamento-vem-o-despejo>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SANCHEZ, Izabela. Guarani-Kaiowá enfrentam alta da violência dentro e fora das aldeias em Dourados (MS). **Amazônia Real**, Campo Grande, 18 set. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/guarani-kaiowa-enfrentam-alta-da-violencia-dentro-e-fora-das-aldeias-em-dourados-ms/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres Kaiowá e Guarani**: de Aña à Kuña. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em

Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/116/1/LaurieneSeraguzaOlegarioeSouza.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SURVIVAL INTERNATIONAL. **Violations of The Rights of The Guarani of Mato Grosso do Sul State, Brazil**. London: Survival International, 2010. Disponível em: https://assets.survivalinternational.org/documents/207/Guarani_report_English_MARCH.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples on her mission to Brazil**. Geneva: UN, 8 Aug. 2016. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/847079>. Acesso em: 19 ago. 2022.

VIETTA, Katya. **Histórias sobre terras e xamãs kaiowa**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140921/publico/TESE_KATYA_VIETTA.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

Recebido em: 15/03/2023 * Aprovado em: 17/03/2023 * Publicado em: 31/08/2023
